



1 **APROVADA EM 26/01/2022.** ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GRUPO DE TRA-
2 BALHO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BAIA DE
3 GUANABARA DO COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E
4 DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – GRAVAÇÃO DISPONÍ-
5 VEL – No dia 13 de outubro de 2021, segunda-feira às 10h por videoconferência, reuniu-se
6 GTA em uma reunião Extraordinária com a seguinte pauta: **1) Fontes de Financiamento**
7 **dos Plano Municipais de Saneamento Básico.** A reunião se inicia. O documento sobre os
8 Planos Metropolitanos de Saneamento Básico foi projetado. Alexandre Mendes falou o Plano
9 Metropolitano é uma demanda direta da Lei Complementar Estadual nº184 de dezembro de
10 2018 que criou o IRM e cobrirá água, esgoto e drenagem. Em paralelo, apresentou que será
11 elaborado um Plano de Resíduos Sólidos, afirmando que os dois planos serão elaborados
12 entre dezembro de 2021 e agosto de 2022 (9 meses) que irão compor o Plano Metropolitano
13 de Saneamento nas 4 vertentes. Flávia Lanari Coelho perguntou como Maricá está sendo
14 focada pelo Instituto Rio MetrÓpole e como será este foco. Alexandre Mendes comentou o
15 principal problema, o fornecimento da água. Continuou falando sobre a contratação da UFRJ
16 para um estudo mais aprofundado para um alívio imediato enquanto as soluções definitivas
17 não chegam e trouxe que a AEGEA (Águas do Rio) disse que depende da CEDAE para
18 fornecimento de água, enquanto a CEDAE sinalizou que não haverá investimento em novas
19 fontes de abastecimento para nenhum município. Alexandre disse não haver Plano B, que a
20 solução será a usina de dessalinização e que a decisão final cabe à prefeitura. José Paulo
21 Azevedo perguntou se há um prazo para a planta. Alexandre respondeu que a prazo será
22 de 3 anos e mencionou sua preocupação com a segurança hídrica metropolitana. Flávia
23 disse que deveria ser pensada a construção de uma usina com porte para cidades vizinhas
24 em relação ao problema hídrico. Alexandre informou que cada município terá integração no
25 Plano Metropolitano e disse que somente 22 municípios irão ter competência técnica. Falou
26 da sugestão em convidar o comitê de Bacias para escrever o 13º tema, sobre segurança
27 hídrica metropolitana, no formato de um Grupo de Trabalho. Maria Lobo questionou se a
28 proposta de saneamento e resiliência da câmara metropolitana de 2018 irá ser incorporada
29 diretamente, ou com debate público, ou com o GT a ser criado. Alexandre esclareceu que,
30 no mínimo, o plano será revisado e não será descartado. Explicou a divisão dos estudos de
31 saneamento e resíduo. Ana Costa leu a pergunta de Amanda no chat sobre a contratação
32 do Plano de Magé e Nova Iguaçu. Alexandre lembrou que Magé não possui plano, e não
33 há nenhuma restrição em sua condução e afirmou que o IRM não tem restrições que o PMSB
34 Magé seja conduzido e contratado pela AGEVAP, dizendo não haver duplicidade no uso dos
35 recursos e sim uma compilação, pontuando que o Plano de Magé será escrito a quatro mãos.
36 O IRM receberá as informações levantadas e elaboradas no âmbito do Plano municipal e
37 fará uma formatação para o modelo metropolitano. Não serão utilizados recursos públicos
38 em duplicidade para o capítulo de Magé. Aconselhou pela continuidade do processo e fina-
39 lizou com o estabelecimento de um cronograma físico para os estudos. José Paulo interro-
40 gou se há um prazo para o término de contratação de Nova Iguaçu em relação à Agevap.
41 Edson Brasil pontuou que possuía algumas preocupações jurídicas sobre a utilização do
42 dinheiro/recurso do comitê para fazer um plano municipal de saneamento e o IRM também



43 destinar recurso para a mesma ação englobada no Plano metropolitano. Alexandre se ma-
44 nifestou dizendo que o IRM fará o plano metropolitano, mas que o estudo metropolitano irá
45 integrar o estudo municipal, caso exista. Falou que Magé pode conduzir o estudo e recolher
46 as informações. Edson propôs um ofício da Agevap comunicando a fase de publicação do
47 edital e pedindo uma resposta no sentido da confirmação, que o IRM não irá usar recursos
48 para o Plano Municipal de Magé e se promoverá a integração ao plano metropolitano. José
49 Paulo expressou acreditar que um ofício de Nova Iguaçu também seja pertinente, além dos
50 ofícios de Magé e Rio de Janeiro, já que estes estão avançados. Ana recordou a solicitação
51 de plano de Guapimirim e que já possui de diagnóstico hídrico aprovado no comitê para a
52 construção do plano regional. José Paulo indicou focar no GTA Plano, CTIG e CTSAM para
53 interação com IRM. Eloísa Torres questionou à Irene Guimaraes qual a validade dos planos
54 não revisados em 4 ou 10 anos, visto que o diagnóstico não mudou e para Alexandre indagou
55 como convergir as metas dos municípios com as das empresas. Irene respondeu que a
56 Agência Nacional de Águas irá emitir diretrizes para as agências reguladoras efetuarem a
57 fiscalização e falou também sobre os diversos pontos que irão influenciar os Planos. Alexan-
58 dre informou que as revisões irão cumprir os 10 anos conforme o novo marco. Comunicou
59 também que, ao final de 2033, todos os municípios metropolitanos devem estar com 99% de
60 abastecimento de água e 90% da coleta de esgoto. Alexandre contou o motivo da criação
61 dos dispositivos de tempo seco e seguiu informando a separação na coleta de água pluvial
62 e esgoto sanitário. Terminou com o tema de hierarquia das leis em relação aos planos mu-
63 nicipais e metropolitanos. José Paulo comentou a revisão de leis que obriga o comitê a in-
64 vestir 70% do que é arrecadado no segmento de saneamento e esgotamento sanitário. Jorge
65 Muniz falou que tem preocupação com a região leste e chamou a atenção para o aumento
66 de gado nas regiões rurais e comunidades ribeirinhas. Alexandre alertou que as áreas rurais
67 estão inclusas na concessão. Maria Lobo chamou a atenção para as metas de despoluição
68 dos rios presentes na diretriz do edital. Abordou também a carta dos 76 municípios com a
69 preocupação a respeito do uso dos 3% da outorga. Flávia questionou como as agências
70 reguladoras irão atuar/agir. José Alexandre Maximino falou sobre a existência de um plano
71 metropolitano submetido a consulta pública e aprovado em resolução (CD nº 08 de
72 28/12/2020) publicada no Diário Oficial, dizendo ser importante um parecer jurídico da Pro-
73 curadoria Geral do Estado junto ao IRM dada a existência do Plano Metropolitano e a nova
74 licitação para contratação do Plano Metropolitano. José Alexandre fez questionamentos so-
75 bre o que se está sendo licitado em relação ao plano metropolitano e como serão tratadas
76 as divergências do plano metropolitano e as características municipais e complementou sua
77 fala trazendo a possibilidade de uso de recursos advindos do TAC COMPERJ para investi-
78 mentos em obras ou elaboração de planos para as componentes drenagem e resíduos sólidos.
79 José Alexandre afirmou que o Caderno de Encargos prevê investimentos na barragem
80 do Guapiaçu (caso seja escolhida pelo Plano Estadual de Segurança Hídrica – PESH) a
81 serem feitos pela concessionária, sendo que caso o investimento na barragem seja feito pelo
82 poder público ou terceiros a concessionária deverá investir em áreas irregulares. José Ale-
83 xandre manifestou que acredita ser importante uma aproximação com a AEGEA (vencedora



84 do Bloco 1) para investimentos em áreas irregulares, visto que o TAC COMPERJ tem obri-
85 gação fixada em juízo para investimento de 131 milhões de reais para segurança hídrica do
86 leste fluminense e enfatizou que é necessário um alinhamento “cirúrgico” para evitar diver-
87 gências entre os muitos planos. A reunião encerrou às 13h15.

88

89

José Paulo Azevedo

90 **Coordenador do Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano de Recursos Hí-**
91 **dricos da Baía de Guanabara**

92

93 Lista de presença: OMA Brasil – José Paulo Azevedo; INEA – Luiz Constantino; CCRON –
94 Alexandre Braga; APALMA – Flávia Lanari Coelho; Prefeitura de Nova Iguaçu – Guilherme
95 Guimarães; CEDAE – Frederico Menezes e Jorge Muniz; OAB Barra da Tijuca – Christianne
96 Bernardo da Silva; Associação Viva Cosme Velho – Maria Lobo e Luciana Falcão; RHA
97 Engenharia: Gabriela Reichert; Agência Nacional de Águas: Irene Guimaraes Altafin e Lígia
98 Maria Nascimento de Araújo; Ministério Público Estadual – RJ: José Alexandre Maximino
99 Mota e Caio Senise Amorim Nunes Da Silva; Instituto Rio Metrópole: Alexandre Mendes.
100 Secretaria Executiva (Agevap): Amanda Braga, Ana Costa, Carolina Martins, Edson Brasil,
101 Larissa Lima Dias, Lohana Santos, Lucas Pacheco, Luciana Rosário, Patrick Moraes e
102 Rayssa Duarte.